



Revista Ibero Americana de Estratégia
ISSN: 2176-0756
admin@revistaiberoamericana.org
Universidade Nove de Julho
Brasil

Rodrigues Albuquerque Filho, Antonio; Castro de Sousa, André Luiz; da Silveira Lopes, Hitalo; Barboza Guimarães, Daniel; Rodrigues Ponte, Vera Maria

INFLUÊNCIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Revista Ibero Americana de Estratégia, vol. 18, núm. 3, 2019, Julio-Septiembre, pp. 397-419
Universidade Nove de Julho
São Paulo, Brasil

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331267197006>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org



I

NFLUÊNCIA DA INTERNACIONALIZAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

¹Antonio Rodrigues Albuquerque Filho

²André Luiz Castro de Sousa

³Hitalo da Silveira Lopes

⁴Daniel Barboza Guimarães

⁵Vera Maria Rodrigues Ponte



Resumo

Objetivo: Analisar a influência da internacionalização e da governança corporativa na responsabilidade social corporativa das maiores empresas brasileiras.

Método: A pesquisa de natureza quantitativa e descritiva, adotou a coleta de dados secundários referentes a responsabilidade social corporativa, internacionalização e governança das 100 maiores empresas brasileiras, entre os anos de 2015 e 2017. Os dados foram tratados por meio dos testes de diferença entre médias (*t de student*) e análise de regressão linear múltipla com dados em painel.

Originalidade / Relevância: A pesquisa contribui na evidenciação de fatores de estratégia e gestão organizacional que influenciam a adoção de práticas de responsabilidade social corporativa em empresas brasileiras.

Resultados: Os resultados relevaram que as empresas, com maior nível de internacionalização e com maior governança, estão propensas a ser mais socialmente responsáveis. Tais resultados, demonstraram que o nível de responsabilidade social das empresas aumenta à medida que possuem investidores estrangeiros com participação no capital social, estão listadas em bolsa de valores e emitem ADRs, assim como quando apresentam maior índice de governança.

Contribuições teóricas / metodológicas: Contribuímos para o estabelecimento da relação entre responsabilidade social corporativa, governança e internacionalização em empresas brasileiras, campo ainda carente de investigações. A construção das variáveis colabora para estudos futuros com essas temáticas.

Contribuições sociais / para a gestão: Ao relacionarmos os três construtos, fornecemos pistas para empresas que buscam incrementar suas práticas de responsabilidade social e governança, como forma de atender a um grupo ainda maior de *stakeholders* conquistados através da internacionalização.

Palavras-chave: Internacionalização. Governança corporativa. Responsabilidade social corporativa.

¹ Universidade Federal do Ceará – UFC, Ceará, (Brasil). E-mail: antoniofilhoufc@hotmail.com Orcid id: <https://orcid.org/0000-0003-2108-3979>

² Universidade Federal do Ceará – UFC, Ceará, (Brasil). E-mail: andreccastro@outlook.com Orcid id: <https://orcid.org/0000-0002-9011-2668>

³ Universidade Federal do Ceará – UFC, Ceará, (Brasil). E-mail: hitalo.lopes10@gmail.com Orcid id: <https://orcid.org/0000-0003-3802-9522>

⁴ Universidade Federal do Ceará – UFC, Ceará, (Brasil). E-mail: barbozadan@hotmail.com

⁵ Universidade Federal do Ceará – UFC, Ceará, (Brasil). E-mail: vponte@fortalnet.com.br Orcid id: <https://orcid.org/0000-0003-4910-9720>



INFLUENCE OF INTERNATIONALIZATION AND CORPORATE GOVERNANCE ON CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY

Abstract

Objective: To analyze the influence of internationalization and corporate governance on the corporate social responsibility of the largest Brazilian companies.

Method: Our quantitative and descriptive research adopted the use of secondary data related to corporate social responsibility, internationalization and governance of the 100 largest Brazilian companies, between 2015 and 2017. The data were processed through the difference tests between means (student's t) and multiple linear regression analysis with panel data.

Originality / Relevance: The research contributes to the disclosure of strategic and organizational management factors that influence the adoption of corporate social responsibility practices in Brazilian companies.

Results: The results revealed that companies with a higher level of internationalization and greater governance are likely to be more socially responsible. These results show that the corporate social responsibility level increases as they have foreign investors with equity participation, are listed on the stock exchange and issue ADRs, as well as when they have a higher governance index.

Theoretical / Methodological contributions: We contribute to the establishment of the relationship between corporate social responsibility, governance and internationalization in Brazilian companies, a field still lacking investigations. Our construction of variables contributes to future studies with these themes.

Social / Management Contributions: By linking the three constructs together, we provide clues for companies seeking to enhance their social responsibility and governance practices as a way to serve an even larger group of stakeholders gained through internationalization.

Keywords: Internationalization. Corporate governance. Corporate social responsibility.



INFLUENCIA DE INTERNACIONALIZACIÓN Y GOBIERNO CORPORATIVO SOBRE LA RESPONSABILIDAD SOCIAL CORPORATIVA

Resumen

Objetivo: Analizar la influencia de la internacionalización y el gobierno corporativo en la responsabilidad social corporativa de las mayores empresas brasileñas.

Método: La investigación cuantitativa y descriptiva adoptó la recopilación de datos secundarios relacionados con la responsabilidad social corporativa, la internacionalización y la gobernanza de las 100 empresas brasileñas más grandes, entre 2015 y 2017. Los datos se procesaron a través de las pruebas de diferencia entre medias (*t de Student*) y análisis de regresión lineal múltiple con datos de panel.

Originalidad / Relevancia: La investigación contribuye a la divulgación de factores de estrategia y gestión organizacional que influyen en la adopción de prácticas de responsabilidad social corporativa en las empresas brasileñas.

Resultados: Los resultados revelaron que las empresas con un mayor nivel de internacionalización y una mayor gobernanza probablemente sean más responsables socialmente. Estos resultados mostraron que el nivel de responsabilidad social corporativa aumenta a medida que tienen inversores extranjeros con participación en el capital, cotizan en bolsa y emiten ADRs, así como cuando tienen un índice de gobernanza más alto.

Contribuciones teóricas / metodológicas: Contribuye al establecimiento de la relación entre la responsabilidad social corporativa, la gobernanza y la internacionalización en las empresas brasileñas, un campo que aún carece de investigaciones. La construcción de variables contribuye para futuros estudios con estos temas.

Contribuciones sociales / de gestión: Al vincular las tres construcciones, se brindan guías para las empresas que buscan mejorar su responsabilidad social y sus prácticas de gobernanza como una forma de servir a un grupo aún mayor de *stakeholders* obtenidos mediante la internacionalización.

Palabras clave: Internacionalización. Gobierno corporativo. Responsabilidad social corporativa.



Introdução

Tendo como origem o contexto dos Estados Unidos na década de 1960, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) veio se fortalecendo na esfera acadêmica, bem como uma prática cada vez mais recomendada nas organizações. Diante das cobranças oriundas de movimentos sociais, direitos humanos, sindicatos e outras instâncias civis, as empresas passaram desde então por um amplo processo de inclusão de práticas supralegais para atender expectativas da sociedade (Carroll, 1979).

Uma das lentes teóricas mais utilizadas para investigar o fenômeno da RSC é a teoria dos *stakeholders*, segundo a qual as empresas devem estender seu leque de público de interesses, se contrapondo a visão baseada exclusivamente no *shareholder* (Freeman, Harrison, Wicks, Parmar, & Cole, 2010). Essa associação entre RSC e teoria dos *stakeholders* se dá, sobretudo, por assumir que as organizações possuem responsabilidades que extrapolam os interesses puramente econômicos (Jamali, Safieddine, & Rabbath, 2008).

Quanto maiores forem os mercados nos quais as empresas atuam, crescem na mesma proporção a diversidade de públicos aos quais deve representar em suas estratégias, somando tanto *stakeholders* do país anfitrião como de origem (Brammer, Pavelin, & Porter, 2009). Essas estratégias de atuação organizacional, para além do estado-nação na qual foi concebida, é conhecida na literatura como internacionalização. A internacionalização, portanto, surgiu como alternativa de ampliar as capacidades da organização, utilizando o crescimento para além do seu país de origem e conquistando novos mercados (Detomasi, 2007; Filatotchev & Wright, 2011).

Com a ampliação dos mercados surgem também novos paradigmas gerenciais, tais como a busca por investidores estrangeiros, os quais muitas vezes se veem atraídos pela abertura dos mercados e ambientes regulatórios propícios, que garantam a proteção dos investimentos. No âmbito organizacional, emergiu como consequência a necessidade de estabelecer boas práticas de

governança, com foco na conquista da confiabilidade dos investidores e a credibilidade da empresa perante a sociedade e os órgãos governamentais (Bhasa, 2004).

Ademais, os mecanismos de Governança Corporativa (GC) foram criados num primeiro momento para garantir a transparência entre a gerência e os acionistas e evoluíram para incrementar novas formas de responder as expectativas das partes interessadas (Freeman et al, 2010). Em suma, com a consolidação, na literatura internacional, da RSC por meio da lente da teoria dos *stakeholders*, muitas aproximações e correlações desses conceitos com outros, como a internacionalização e a governança, ganharam destaque (Laudal, 2011; Rashid, 2018).

Diante do exposto, o estudo propõe-se a responder o seguinte questionamento: Qual a influência da internacionalização e da governança corporativa na responsabilidade social corporativa das maiores empresas brasileiras? Nesse sentido, o estudo tem como objetivo analisar a influência da internacionalização e da governança corporativa na responsabilidade social corporativa das maiores empresas brasileiras. Adicionalmente, identificar semelhanças ou diferenças na configuração da RSC das empresas mais internacionalizadas e com maior governança em comparação com aquelas menos internacionalizadas e com menor governança.

A relevância da pesquisa se destaca ao relacionar os construtos internacionalização e GC, e se propõe a investigar suas influências na incorporação da RSC no âmbito das empresas brasileiras de capital aberto. Embora a relação entre RSC e internacionalização venha sendo recentemente explorada na literatura internacional, há uma elevada concentração de estudos nos países centrais (Aspelund, Fjell, & Rodland, 2017). As pesquisas voltadas para países emergentes, como o Brasil, ainda são poucas e com conclusões variadas (Amarante, Deretti, & Silva, 2015; Soschinski, Brandt e Klann, 2019).

No que se refere a GC, autores do campo já sinalizaram sua importância para lidar com as demandas de processamento de informações e questões de agência que decorrem da internacionalização (Filatotchev & Wright, 2011). Ademais, os efeitos da GC sobre a RSC geraram resultados contraditórios, enquanto para alguns há uma relação positiva (Beltratti, 2005; Jo & Harjoto, 2011), para outros, alguns mecanismos próprios da GC têm influência negativa sobre RSC (Haniffa & Cooke, 2005).

A presente pesquisa, portanto, busca contribuir evidenciando os fatores que colaboram para que empresas incorporem práticas socialmente responsáveis no Brasil. Segundo Griesse (2007) e Rodriguez e Perez (2016) o país ainda carece de investigações nesse sentido, principalmente relacionando a RSC com outros conceitos. Ademais, é possível destacar contribuições de âmbito gerencial, pois as empresas oriundas de países emergentes precisam empreender maiores esforços para superar a desconfiança do mercado estrangeiro, sendo a adesão à RSC uma forma de reduzir essas tensões (Agnihotri & Bhattacharya, 2016).

Ao relacionarmos os três construtos, fornecemos pistas para empresas que buscam incrementar suas práticas de RSC e governança, como forma de atender a um grupo ainda maior de *stakeholders* conquistados através da internacionalização.

Referencial Teórico

Responsabilidade Social Corporativa e Teoria dos *Stakeholders*

Autores seminais da RSC, como Carroll (1979, 2015), atribuem o início do interesse pela temática no campo acadêmico em meados da década de 1950, quando Howard Bowen (1953) versava sobre a responsabilidade dos homens de negócio. Nas décadas seguintes a discussão no campo da gestão avançou a curtos passos, até que se deslocasse a responsabilidade da figura do proprietário, para uma preocupação geral da empresa e da sociedade (Garriga & Melé, 2004). Em trabalhos revisionistas, é possível perceber um ponto comum no avanço da RSC que remete a década de 1960, quando a pressão dos

movimentos pelos direitos civis e a presença cada vez maior dos sindicatos, impulsionaram a adoção de práticas mais humanas com relação ao trabalho (Carroll, 1979; 1999; 2015; Garriga & Melé, 2004; Lee, 2008).

Com os primeiros acordos internacionais, na década de 1990, sobre clima, redução de emissões e metas para o desenvolvimento humano, a responsabilidade social nos negócios se consolidou enquanto campo de estudos com trajetória própria (Carroll, 2015; Lee, 2008). Mesmo com todo o progresso no campo acadêmico e gerencial, não é possível dar uma definição precisa sobre RSC, diante da ampla variedade de abordagens, muitas delas controversas. A convergência entre as abordagens é a noção de que organizações que incorporam a RSC avançam em questões sociais e ambientais para além da exigência legal, sem necessariamente associar essas práticas a ganhos de curto prazo da firma (McWilliams & Siegel, 2001).

Uma das abordagens mais comumente utilizadas para se problematizar e diagnosticar a RSC é através de chaves analíticas da teoria dos *stakeholders*, cujo principal expoente é Edward Freeman. Segundo ele, *stakeholders* é um conceito utilizado para definir os públicos de interesse das organizações, de modo que as estratégias organizacionais sejam elaboradas também com foco nas expectativas dessas partes interessadas (Freeman & Reed, 1983). Em sentido amplo, toda e qualquer pessoa ou grupo que afeta ou é afetado pelas atividades das empresas pode ser considerado um *stakeholder*.

A ampliação dos objetivos da firma, idealizada pelos autores que trabalham com a perspectiva dos *stakeholders*, contraria a visão tradicional da teoria neoclássica, ao considerar também os diversos interessados em uma organização na definição das estratégias. A teoria dos *stakeholders* ajuda a gerenciar com foco na produção de riquezas sem, contudo, negligenciar a entrega de valor aos demais públicos (Campbell, 1997). A teoria das partes interessadas, nesse sentido, é especialmente útil na tentativa de explicitar razões pelas quais organizações privadas decidem se preocupar com a gestão socialmente responsável, ou ainda quando optam espontaneamente pela



preservação dos bens naturais (Aguilera-Caracuel, Guerrero-Villegas, & García-Sánchez, 2017).

Segundo esse pensamento, entender quais e como se manifestam as expectativas dos *stakeholders* é cada vez mais necessário às organizações que buscam traçar planejamentos de longo prazo e, dessa forma a teoria se torna uma grande referência para a administração (Donaldson & Preston, 1995). Ademais, no contexto de negócios marcado pela concorrência e a complexidade, as estratégias coerentemente baseadas nos interesses dos *stakeholders* são fundamentais para sobrevivência das empresas. A proliferação das publicações e aplicações da teoria dos *stakeholders* se concentrou em quatro grandes eixos, sendo eles: teorias normativas de negócios, GC e teoria organizacional, gestão estratégica e RSC (Freeman & Mcvea, 2001).

O ponto comum entre a abordagem dos *stakeholders* e os princípios da RSC é a ampliação as obrigações das empresas para além da esfera financeira (Freeman et al., 2010). Em outros termos, as duas literaturas lidam com questões ainda mais abrangentes para que as organizações obtenham sucesso em suas estratégias, definindo políticas para públicos como a sociedade e o meio ambiente, por exemplo (Aguilera-Caracuel et al., 2017). Uma visão baseada em estratégia, fornecida pela teoria dos *stakeholders*, colabora para o entendimento de que as organizações devem incorporar preocupações sociais na sua rotina e nos seus processos, abandonando a visão tradicional da RSC como um resíduo (Freeman et al., 2010).

Introduzir uma perspectiva das partes interessadas para pensar a RSC significa que ações negativas em questões socialmente salientes como a poluição do meio ambiente e abuso de funcionários, por exemplo, tem um efeito direto sobre a imagem da empresa. A percepção dos *stakeholders*, incluindo mídia, governo e clientes, pode ser prejudicada por ações nocivas e desleais com qualquer uma dessas partes, e isso põe as organizações sob constante estado de alerta sobre suas estratégias (Freeman & Reed, 1983). Isso implica que as empresas devem formular e implementar políticas de RSC por meio de um

diálogo contínuo entre representantes da organização e seus diferentes grupos de interesse (Christmann, 2004).

2.2 Internacionalização, GC e RSC

Com a consolidação, na literatura internacional, da RSC por meio da lente da teoria dos *stakeholders*, muitas aproximações e correlações desses conceitos com outros, como a internacionalização e a governança, ganharam destaque (Freeman et al., 2010). Focando especificamente na internacionalização, aqui compreendida enquanto fenômeno pelo qual uma empresa expande sua atuação, por meio da participação dos acionistas estrangeiros no capital social (Maia, Vasconcelos, & De Luca, 2013; Masullo & Lemme, 2009,), quantidade de bolsas de valores em que a empresa está listada (Bruni, 2002; Santos, Vasconcelos, & De Luca, 2013) e a emissão de ADRs (Santos et al., 2013; Souza, Murcia, & Marcon, 2011). Em sentido amplo, a internacionalização é uma estratégia para aumentar a vantagem competitiva, ampliando o valor de mercado por meio da diversificação dos clientes, garantindo oportunidades de crescimento para além dos mercados locais (Hitt, Hoskisson, & Kim, 2007).

Quando empresas expandem sua atuação a nível internacional, impõe-se sobre elas as demandas de uma gama ainda maior de públicos de interesse, sujeitando-as aos anseios de *stakeholders* tanto do país de origem, como dos países anfitriões (Brammer, Pavelin, & Porter, 2009). Com as pressões intensificadas por ambientes de *stakeholders* cada vez mais presentes e organizados, as empresas são levadas a ampliar e evidenciar suas práticas em RSC para demonstrar capacidade de resposta aos seus públicos (Detomasi, 2007; Kang, 2013).

As empresas multinacionais podem então manifestar preocupações com questões sociais, ambientais e econômicas, que por vezes não são incorporadas pelos governos locais, melhorando assim a reputação e legitimidade, facilitando sua inserção no circuito (Scherer & Palazzo, 2011). Ao comunicar suas práticas de RSC aos seus públicos, as organizações com intenção de se internacionalizar buscam superar a desconfiança do mercado com



relação a sua integridade (Agnihotri & Bhattacharya, 2016). Nesse sentido, a busca pela legitimidade, sobretudo para empresas provenientes de países emergentes, é fundamental para consolidação na esfera global (Agnihotri, & Bhattacharya, 2016; Yang, Lin, & Ren, 2018).

Uma outra abordagem possível reforça o que alguns autores chamam de relação paradoxal entre internacionalização e RSC, pois empresas orientadas para o alcance de custos cada vez mais baixos buscam primordialmente se instalar em países com baixos padrões sociais e salariais (Scherer, & Smid, 2000, Strike, Gao, & Bansal, 2006). Ao se inserir no mercado internacional, contudo, ainda que com uma visão oportunista, a presença dos órgãos internacionais, organizações não-governamentais locais, sindicatos e outras instâncias da sociedade civil leva a adesão, ainda que não espontâneas, a práticas socialmente responsáveis (Attig, Boubakri, & El Ghoul, 2016).

Em conformidade com o exposto, Kolk e Pinkse (2010) explicam que a expansão internacional das empresas tem implicações sobre sua conduta para com a sociedade, sendo essa relação uma descoberta acadêmica recente, diante do fenômeno da globalização e dos grandes acordos internacionais. Empresas internacionalizadas fornecem os principais drivers para a RSC, importando para si questões e modos estrangeiros, estando o nível de investimento em mercados estrangeiros associado diretamente com RSC de cada empresa, sendo estas empresas muito mais propensas a adotar uma maior transparência quanto a divulgação e detalhamento de suas atividades relacionadas a RSC (Chapple & Moon, 2005).

Strike et al. (2006) buscaram investigar a relação entre a diversificação internacional e a RSC das empresas norte americanas de capital aberto e detectaram a existência de relação positiva entre os construtos. Park, Chidlow e Choi (2014), por sua vez, investigaram como os grupos de *stakeholders* influenciam as práticas de RSC das subsidiárias denotando um efeito positivo entre as subsidiárias e os vários *stakeholders*, como consumidores, gerentes

internos, funcionários e ONGs, além do governo local, comunidades e mídia.

Por outro lado, o estudo de Aguilera-Caracuel, Delgado-Márquez e Vidal-Salazar, (2014) investigou a relação entre internacionalização e RSC em 102 empresas localizadas nos Estados Unidos da América. A análise sobre internacionalização foi subdividida em dimensões e, portanto, os resultados apontaram algumas divergências, destacando que nem todas as dimensões de internacionalização influenciavam as empresas a melhorarem suas práticas de RSC.

Nesse interim, as empresas que ingressam em mercados internacionais são propensas a se engajar em RSC, na intenção de atender aos interesses e expectativas dos diversos *stakeholders* (Detomasi, 2007) e dessa forma, reduzir o potencial impacto negativo de suas operações e aumentar a satisfação dos funcionários (Kacperczyk, 2009). Conquanto, as empresas que adotam uma postura social e ambientalmente proativa conseguem reduzir significativamente o risco percebido ao ingressar em mercados estrangeiros (Feldman et al., 1997). Com isso se fortalece sua reputação (Kang, 2013), minimiza problemas de comunicação (Zahra, Ireland & Hitt, 2000) e efeitos adversos da distância psíquica (Campbell, Eden, & Miller, 2012).

Com base no exposto, a primeira hipótese do estudo consiste:

H₁: A internacionalização influência positivamente a responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras.

Além da capacidade da internacionalização de explicar as práticas de RSC nas organizações, pode-se enxergar na GC uma ferramenta essencial para se compreender todos os diferentes significados e aplicações da RSC e de suas práticas (Chapple & Moon, 2005). Conforme Judge (2008) a pesquisa de GC geralmente usa uma ampla gama de variáveis dependentes. Para fins desse estudo, foi constituído um índice baseado nos estudos de Assunção, De Luca e Vasconcelos (2017), Correia e Martins (2016), Cunha e Piccoli (2017) como métrica para mensuração da GC.

A corporação sempre foi uma criação política, sendo a ela concedida pelo benefício da responsabilidade limitada, a fim de facilitar

a acumulação do capital, tendo por objetivo buscar o interesse público e lentamente se espalhou por toda a economia, e esta extensão criou as questões fundamentais relacionadas a GC. As empresas têm atualmente um impacto decisivo nos resultados de emprego, consumo, qualidade ambiental, desigualdade social e um hospedeiro de outras questões (Brammer, Jackson, & Matten, 2012).

A GC indica políticas e procedimentos práticos a serem aplicados por empresas para atingir alguns objetivos que atendam as mais diversas partes interessadas (Rashid, 2018). Essas práticas que envolvem a GC permitem reestabelecer o equilíbrio entre o mercado, regulamentos e a ética de forma geral, assegurando a transparência e preservando os interesses de diferentes *stakeholders* (Jouini, Ajina, & Derbali, 2018).

Estudos anteriores evidenciam que boas práticas de GC, ao incorporar a teoria dos *stakeholders* como lente, impactam de forma positiva a adesão e evidenciação de RSC, por meio da definição de metas sociais e ambientais (Dias, Rodrigues, & Craig, 2017; Jamali et al., 2008; Jo & Harjoto, 2011; Jouini, et al. 2018). Mesmo tendo esta característica de boa prática de governança, a literatura demonstrou que muitas empresas globalizadas se utilizam da RSC e de sua divulgação apenas como outra maneira de aumentar lucros. (Brammer, Jackson, & Matten, 2012; Bondy & Starkey, 2014; Chapple, & Moon, 2005; McWilliams, Siegel, & Wright, 2006).

Não abandonando a perspectiva do lucro, sob o guarda-chuva da GC, as empresas são incentivadas a se adequar a padrões éticos, promover a justiça e a transparência, prestando contas em todas as suas transações (Jamali et al., 2008). Nesse sentido, a governança se relaciona com a RSC na medida em que ambas implicam a incorporação de responsabilidades financeiras, mas também morais com os *stakeholders* (Dias et al., 2017; Jamali et al., 2008). Por fim, para reforçar essa relação bidirecional entre os dois conceitos, Brennan e Solomon (2008) elucida que a GC pode ser considerada um sistema de freios e

contrapesos, de caráter tanto interno como externo, que garante o cumprimento das responsabilidades da empresa diante de seus públicos de interesse, impulsionando assim uma postura socialmente responsável.

Beltratti (2005) estudou a complementaridade entre GC e RSC e identificou empiricamente que a ambos os construtos estão positivamente relacionados ao valor de mercado das companhias. Além disso, os autores evidenciaram existir um efeito positivo da GC na evidenciação das práticas de RSC. Alguns estudos examinaram a relação entre a responsabilidade social e o conselho de administração (Chang, OH, Park, & Jang, 2017; Villiers, Naiker, & Van Staden 2011). Por exemplo, De Villiers et al. (2011), para empresas dos EUA, encontraram uma relação positiva entre o tamanho do conselho e o desempenho social corporativo.

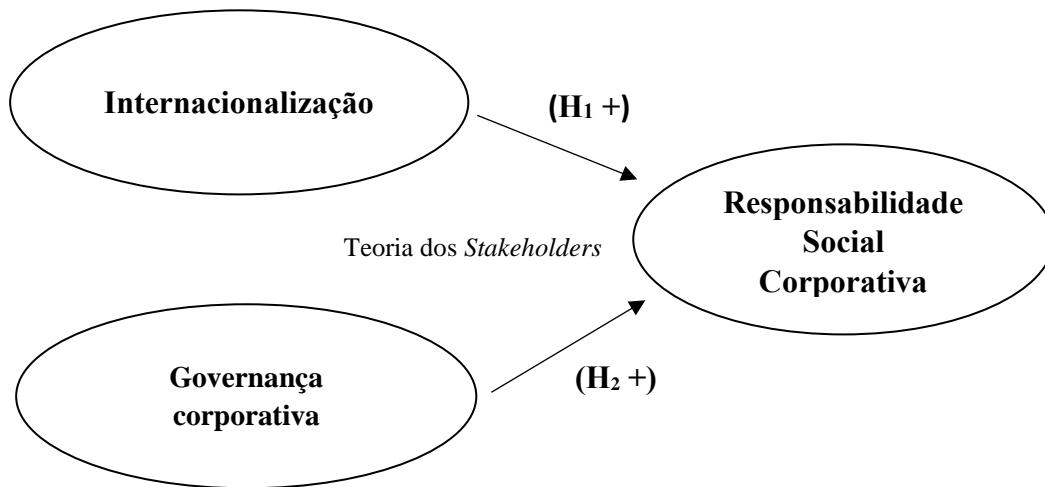
Portanto, o nível de alinhamento da GC e a RSC depende consideravelmente da relação da organização com seus diversos *stakeholders*. Assim, a boa governança implica maior responsabilidade, proporcionando uma maior preocupação com os desejos de todas as partes interessadas envolvidas com as atividades da empresa (Kendall, 1999). Dessa forma, a GC alinha as demandas dos proprietários, gerentes e de todos os envolvidos com a empresa, permitindo que a mesmas retenha maior relacionamento e confiança (Aguilera, Rupp, Williams, & Ganapathi, 2007) corroborando maior crescimento sustentável (Van den Berghe e Louche, 2005). Em países emergentes, como o Brasil, que possuem carências nas mais diversas áreas, espera-se, portanto, que os *stakeholders* sejam extremamente sensíveis a qualquer ação social das empresas. Assim, a segunda hipótese do estudo consiste:

H₂: A governança corporativa influência positivamente a responsabilidade social corporativa das empresas brasileiras.

A figura abaixo representa o *framework* desenvolvido para suportar as hipóteses da pesquisa:



Figura 1. framework da pesquisa.



Fonte: Elaborada pelos autores com base na revisão da literatura.

Por meio da Figura 1, infere-se que a internacionalização e a GC afetam positivamente a RSC, ou seja, que a participação de investidores estrangeiros no capital social, a listagem em bolsa de valores e a emissão de ADRs, assim como os mecanismos de governança (Composição do conselho, auditoria, outros comitês, *free float*, controle e conduta, incentivos aos administradores e a listagem no Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) afetam positivamente a RSC das empresas.

Procedimentos Metodológicos

Amostra da pesquisa

A pesquisa configura-se como descritiva quanto aos objetivos, e documental quanto aos procedimentos (Collis & Hussey, 2005), além de se caracterizar pela natureza quantitativa, pois os dados serão quantificados e as hipóteses serão testadas através da análise estatística, para estabelecer padrões de comportamento (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013). A população de pesquisa compreendeu as cem maiores empresas listadas na Brasil Bolsa Balcão (B3) de acordo com o ranking da revista Exame Melhores e Maiores, edição 2018, e classificadas a partir de seu valor de mercado. Na composição da amostra, consideraram-se apenas empresas que possuíam as informações sobre RSC, internacionalização e GC para a construção das

variáveis, compreendendo os anos de 2015 a 2017. Dessa forma foram excluídas da população três empresas, resultando em uma amostra constituída por 97 empresas.

Foram utilizados dados secundários referentes às Demonstrações Financeiras Padronizadas, assim como, Formulário de Referência e Formulário Cadastral disponíveis no Web-site da B3, além do banco de dados JP Morgan's ADR (<https://www.adr.com/DRSearch/CustomDRSearch#>), econômica e banco de dados da CSRHub.

O CSRHub dispõe de informações de responsabilidade social e sustentabilidade corporativa de mais 18.554 empresas em 132 países (CSRHub, 2018). Por meio dessas informações, são elaboradas 12 dimensões de RSC agrupadas em 4 categorias: funcionários, meio ambiente, comunidade e governança, sendo as três primeiras utilizadas para formar a métrica de RSC neste estudo, tendo em vista que foi criado um índice próprio de GC. Assim, construiu-se uma métrica de avaliação geral elaborada a partir das categorias funcionários, meio ambiente e comunidade.

Definição das variáveis

Na Tabela 1 são evidenciadas as variáveis dependente, independente e de controle, bem como suas métricas (descrição), fonte de coleta dos dados e suporte teórico que sustentam a utilização da medida como representativa.

Tabela 1: Variáveis dependente, independente e de controle

Variáveis	Descrição	Fonte de Coleta	Suporte teórico
Variável Dependente			
Responsabilidade social corporativa (RSC)	(Funcionários + meio ambiente + comunidade)/3	Pontuação gerada pela CSRHub: varia de 0 a 100	Bear, Rahman e Post, (2010); Harjoto, Laksmana e Yang (2018)
Variável independente			
Internacionalização	Internacionalização do capital social - ICS (participação de acionistas estrangeiros no capital social)	Formulário de referência - Item 15.1/2 – Posição acionária	Maia et al. (2013), Masullo e Lemme (2009), Santos et al. (2013).
	Quantidade de bolsas em que a empresa está listada - QBV (ações no exterior)	Formulário de referência Item 18.7	Bruni (2002), Santos et al. (2013).
	Internacionalização por meio de ADRs (Emissão de ADRs)	JP Morgan's ADR	Souza et al. (2011), Mapurunga, Ponte e Oliveira (2015), Almeida-Santos, Almeida e Bezerra (2013).
	Nível de internacionalização (NI)	(ICS+QBV+ADR)/3	-
Governança corporativa (GC)	Índice de Qualidade da Governança Corporativa (IQGC)	Web-Site B3 – Formulário de referência.	Dani, Santos, Kaveski e Cunha (2017), Assunção et al. (2017), Correia e Martins (2016), Cunha e Piccoli (2017).
Variáveis de Controle			
Tamanho da empresa (TAM)	Logaritmo natural ativo total	Economatica	Adjaoud e Ben-Amar (2010) e Cao, Duo e Hansen (2017).
Crescimento (CRESC)	Quociente entre venda no ano t e venda no ano t-1	Economatica	Badolato, Donelson, e Ege (2014); Huguet e Gandía (2016).
Rentabilidade (ROE)	Razão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido	Economatica	Geiger e Makri (2006), Gonçalves Filho, Veit e Monteiro (2013).
Idade (IDAD)	Ano de registro na CVM	Formulário Cadastral	Santos, et al. (2013).

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Em relação a RSC, como destacado na Tabela 1, utilizou-se a pontuação gerada pela CSRHub que varia de 0 a 100 atribuído sobre as três principais categorias de desempenho em RSC (sociedade, funcionários e meio

ambiente). A utilização dessa *proxy* é crescente na literatura internacional, onde destacam-se as pesquisas Arminen et al. (2018), Bear, Rahman e Post (2010), Harjoto, Laksmana e Yang (2018), Kang e Fornes (2017), Vaia,



Bisogno e Tommasetti (2017) que apontam essa medida relevante por fornecer classificações consistentes do desempenho em RSC para um número amplo de empresas.

Na Tabela 1, percebe-se ainda que a variável internacionalização é analisada por meio participação de acionistas estrangeiros no capital social (ICS), quantidade de bolsas em que a empresa está listada (QBV) e a internacionalização por meio de ADRs, consideradas *proxies* para internacionalização, coletados no Formulário de referência das empresas referente aos exercícios financeiros em análise. Quanto a ICS, a estrutura da concentração do capital da empresa na composição acionária pode vir a proporcionar implicações para a organização em relação a seu desempenho, prioridades e estratégias (Maia et al., 2013; Masullo & Lemme 2009; Santos et al., 2013), ao passo que a QBV e ADRs viabilizam um maior contato e a efetivação de transações de empresas no mercado de capitais de outros países, inclusive dos EUA. Os indicadores, portanto, sinalizam que quanto maior o número de bolsas nas quais a empresa negocia suas ações, maior seu nível de internacionalização (Bruni, 2002; Santos et al., 2013; Almeida-Santos, Almeida & Bezerra, 2013).

Ainda com relação às variáveis de internacionalização, tendo em vista que apresentam valores escalares diferentes, procedeu -se ao método de padronização (*z-score*) para a consecução da métrica da variável, nível de internacionalização (NI) que corresponde à média das estratégias de internacionalização, a fim de medir o impacto conjunto dessas estratégias na RSC.

As informações para a GC – elaborou-se um índice – visto que estudos recentes têm buscado notar não o efeito individualizado de variáveis

de Governança, mas sim o seu efeito por meio da utilização de índices amplos. Dessa forma a GC foi constituída com base nos estudos de Almeida, Parente, De Luca e Vasconcelos (2018), Assunção, De Luca e Vasconcelos (2017), Catapan, Colauto e Barros (2013) e Dani et al. (2017).

Alinhado à literatura especializada, o estudo adotou como variáveis de controle o tamanho da empresa (TAM), representado pelo Logaritmo Natural do valor do Ativo total (Adjaoud & Ben-Amar, 2010); o crescimento (CRESC), mensurado pela divisão do valor da Receita Operacional no ano *t* pelo do ano *t-1* (Huguet & Gandía, 2016); a rentabilidade, mensurada pelo Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE), obtido mediante divisão do valor do Lucro Líquido pelo do Patrimônio Líquido (Gonçalves Filho, Veit & Monteiro, 2013) e a idade (IDAD) obtida pelo ano de registro na empresa na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Quanto ao tamanho e idade, as empresas mais grandes e mais antigas são mais visíveis e, portanto, enfrentam mais pressões de seus *stakeholders* para se comportarem de maneira socialmente responsável (Brammer, Pavelin, & Porter, 2009), ao passo que a relação entre a rentabilidade e o crescimento com a RSC configurasse como um círculo virtuoso, do qual as ações socialmente corretas contribuem para um maior crescimento e um bom desempenho financeiro e, com resultados financeiros superiores, tais empresas possuem maior capacidade de investimento em ações de RSC (Beltratti, 2005; Huguet & Gandía, 2016; Gonçalves Filho, Veit & Monteiro, 2013). Para atender ao objetivo da pesquisa, baseado na literatura e em trabalho recorrentes, foi construído um índice de medida de GC conforme pode ser observado no Tabela 2.



Tabela 2: Índice de governança corporativa

Índice de governança corporativa			
Dimensão	Descrição	Fonte de coleta	Suporte teórico
Composição do conselho	Número de membros (entre 5 e 9 membros), independência do conselho e dualidade do CEO	Formulário de referência Item 12.6/8	Catapan, Colauto e Barros (2013), Dani et al. (2017).
Auditória	Possui comitê de auditoria com no mínimo três membros e independência do conselho de auditoria	Formulário de referência Item 12.7/8	Catapan et al. (2013), Correia e Martins (2016).
Outros comitês	Comitê de remuneração, nomeação ou governança corporativa	Formulário de referência Item 12.7/9	Assunção et al. (2017), Bekiris e Doukakis (2011), Catapan et al. (2013).
<i>free float</i>	Mais de 25% das ações em oferta pública (ações ordinárias)	Formulário de referência Item 15.3	Catapan et al. (2013), Correia e Martins (2016).
Controle e conduta	Identificação de medidas anti- <i>takeover</i> e concessão de <i>tag along</i>	Formulário de referência Item 18.1	Assunção et al. (2017), Correia e Martins (2016).
Incentivos aos administradores	Informações sobre programas de participação nos lucros e planos de incentivo, seja na forma de bônus ou compra	Formulário de referência Item 13	Assunção et al. (2017), Correia e Martins (2016).
Listada no IGCX	Verificação da empresa listada em nível diferenciado de governança corporativa conforme a B3	Web- Site da B3	Catapan et al. (2013), Correia e Martins (2016), Cunha e Piccoli (2017).

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

O referido índice se propõe a examinar os 7 determinantes das práticas de GC nesta investigação, através da composição do conselho, auditoria, outros comitês, *free float*, controle e conduta, incentivos aos administradores e listagem no IGCX. Quando da verificação desses determinantes nas fontes de coleta indicadas, atribuiu-se o valor “1”; em caso contrário, atribuiu-se o valor “0”. Foram somados os resultados dos determinantes, e o valor total foi equacionado pelo resultado máximo possível obtinível por cada empresa (7 pontos). Dessa razão, extraiu-se um índice de aderência às boas práticas de governança, que se encontra no intervalo fechado entre 0 e 1 (Santos et al., 2013).

Tratamento dos dados

Para atingir o objetivo específico - identificar semelhanças ou diferenças na configuração da RSC das empresas mais

internacionalizadas e com maior governança em comparação com aquelas menos internacionalizadas e com menor governança - realizou-se o teste de diferença entre médias (*t de student*), uma vez que através do teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov identificou-se que a distribuição das variáveis se mostrou normal ao nível de 5% (Fávero & Belfiore, 2017).

Assim, foram criados dois grupos para representação das empresas: o primeiro grupo (G1), que corresponde às empresas mais internacionalizadas ou com maior governança, ou seja, que possuem valores igual ou acima da mediana da variável analisada; e o segundo grupo (G2), que reúne as empresas menos internacionalizadas ou com menor governança que são aquelas que possuem valores abaixo da mediana da variável analisada (Oliveira, Schossler, Campus,& Luce, 2014).

Com o propósito de atender ao objetivo geral e testar as hipóteses de pesquisa,

realizou-se a análise de regressão linear múltipla com dados em painel, para inferir acerca da influência da internacionalização e da GC na responsabilidade social das organizações. Os dados foram organizados em painéis não balanceados, levando-se em consideração uma amostra com 97 empresas para um período de três anos.

Os modelos econôméticos deste estudo, um para cada uma das variáveis que se referem à internacionalização são definidos da seguinte maneira:

$$RSC_{ij} = \beta_0 + \beta_1 ICS_{ij} + \beta_2 GC + \sum \beta_3-4 CONTR_{ij} + u_{ij} \quad (\text{Equação 1})$$

$$RSC_{ij} = \beta_0 + \beta_1 QBV_{ij} + \beta_2 GC + \sum \beta_3-4 CONTR_{ij} + u_{ij} \quad (\text{Equação 2})$$

$$RSC_{ij} = \beta_0 + \beta_1 ADR_{ij} + \beta_2 GC + \sum \beta_3-4 CONTR_{ij} + u_{ij} \quad (\text{Equação 3})$$

$$RSC_{ij} = \beta_0 + \beta_1 NI_{ij} + \beta_2 GC + \sum \beta_3-4 CONTR_{ij} + u_{ij} \quad (\text{Equação 4})$$

Em que:

RSC representa a responsabilidade social corporativa; *ICS* a internacionalização do

capital social; *QBV* quantidade de bolsa de valores em que a empresa está listada; *ADR* representando a emissão de ADRs pela empresa e *GC* representa o índice de GC; *CONTR_{ij}* são as variáveis de controle do modelo econômético, relativas à empresa *i* no período *j* representadas por *TAM* (tamanho), *CRESC* (crescimento), *ROE* (rentabilidade); e *IDAD* (idade); β_0 é o intercepto; e u_{ij} é o termo de erro estocástico da regressão logística.

Destaca-se que foram realizados os Testes F de Chow, Breusch-Pagan e Hausman para verificar o modelo de estimação mais adequado entre POLS, Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios. Através dos testes o modelo de estimação indicado para este estudo foi o de Efeitos Aleatórios. Além disso, foi verificado os pressupostos de multicolinearidade (VIF), heterocedasticidade e autocorrelação (teste F de Wooldridge) dos dados da pesquisa.

Apresentação Dos Resultados

Inicia-se a seção dos resultados apresentando algumas estatísticas descritivas das variáveis (Tabela 3), para que se tenha um panorama das empresas presentes na amostra.

Tabela 3: Estatística descritiva das variáveis (2015 a 2017)

Estatística Descriptiva	Variáveis						
	RSC	NI	GC	TAM	ROE	CRESC	IDAD
Nº de observações	291	291	291	291	284	285	291
Mínimo	0	0	0	10,86	-1,92	0,34	3
Máximo	67	40,55	1,00	21,13	2,15	8,86	145
Média	37,21	5,77	0,77	16,57	0,13	1,16	39
Desv. Padrão	26,15	9,78	0,24	1,56	0,31	0,68	28,87
Coef. Variação	0,70	1,69	0,31	0,09	2,38	0,58	0,74

Nota: *RSC* = responsabilidade social corporativa; *NI*= nível de internacionalização; *GC*= governança corporativa; *TAM*= Tamanho; *ROE*= rentabilidade; *CRESC*= crescimento *IDAD*= idade.

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Observa-se na Tabela 3, que a variável mais evidente foi a idade das organizações, resultado esse refletido por sua média (39) e amplitude (142). Contudo, é importante ponderar que essa variável foi a que apresentou maior disparidade (0,74) com relação à média, demonstrando a existência de uma elevada heterogeneidade entre a idade das empresas.

A variável dependente (RSC) destacou-se por apresentar média (37,21) e amplitude (67)

relevantes, porém caracterizada por possuir valores heterogêneos. Assim, verifica-se que as empresas da amostra se caracterizam como socialmente responsáveis, visto que existe uma maior atenção com relação a avaliação de suas condutas pela sociedade, sinalizando uma preocupação para além dos lucros contábeis. Conforme Beltratti (2005) “as empresas socialmente responsáveis são muitas vezes também as empresas mais



respeitadas e lucrativas". Assim as empresas da amostra que se destacaram quanto a RSC foram: Natura, Engie Brasil, Duratex, Weg, CPFL renováveis, Lojas Renner, CPFL energia e Klabin.

Com relação as variáveis independentes, o nível de internacionalização (NI) apresentou-se como a mais heterogênea (1,69), com maior amplitude (40,55) e maior média (5,77), enquanto a GC mostrou-se razoavelmente homogênea (0,31), com média (0,77) e amplitude (1,57). Ressalta-se que as maiores empresas brasileiras, em sua maioria, evidenciaram se internacionalizar por meio da participação de *stakeholders* estrangeiros no capital social da empresa corroborando Smaniotti, Paiva e Vieira (2012) que caracterizaram essa estratégia de internacionalização como algo recente no mercado de capitais brasileiro que era

motivado pela internacionalização por meio das vendas aos mercados estrangeiros (Floriani & Fleury, 2012).

Ademais, a internacionalização medida pela emissão de ADRs também se mostrou relevante, visto que mais de 50% da amostra apresentou essa característica, sendo um vestígio que pode ser diretamente associado à adesão de padrões rígidos de governança (Souza et al., 2011; Mapurunga, et al., 2013).

Assim as empresas que apresentaram os maiores níveis de internacionalização foram: Carrefour, Ser-Educacional, BR_Properties, Ampla, Prumo, Cosan_Logistica e Bradesco, enquanto as empresas Petrobras, Vale, Prumo, Cielo, B3, Totvs, Ecorodovias e B2W Digital foram as que evidenciaram maior GC dentre as empresas da amostra.

Em seguida, procedeu-se a análise de Correlação das variáveis, conforme Tabela 4.

Tabela 4. Análise da correlação das variáveis (2015 a 2017)

Variável	RSC	GC	ICS	QBV	ADR	NI	TAM	ROE	CRESC	IDAD
RSC	1,000									
GC	0,325**	1,000								
ICS	0,141*	0,184**	1,000							
QBV	0,312**	0,257**	0,209**	1,000						
ADR	0,267**	0,283**	0,172**	0,309*	1,000					
NI	0,191**	0,143*	0,449**	0,018	0,157*	1,000				
TAM	0,283**	0,345**	0,238**	0,631**	0,290**	0,292**	1,000			
ROE	-0,092	-0,040	-0,170**	-0,162**	0,002	-0,112	-0,223**	1,000		
CRESC	-0,140	0,091	-0,038	-0,126	-0,101	0,002	-0,059	0,240**	1,000	
IDAD	0,033	-0,0910	-0,200**	0,013	-0,159**	-0,126*	0,170**	-0,029	-0,038	1,000

Nota: RSC = responsabilidade social corporativa; NI= nível de internacionalização; GC= governança corporativa; TAM= Tamanho; ROE= rentabilidade; CRESC= crescimento IDAD= idade.

Nota: * significante a 1%; ** significante a 5%.

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Observa-se pela Tabela 4 que existem correlações significantes entre a responsabilidade social corporativa (RSC) com as variáveis independentes (NI e GC) e de controle (TAM).

As variáveis nível de internacionalização (NI), GC e o tamanho da empresa se relacionam positivamente com a RSC, sinalizando que empresas com elevado nível de internacionalização, alta GC e maior tamanho são propensas a ser mais socialmente responsáveis.

Adicionalmente, nota-se que as variáveis da internacionalização, evidenciaram uma relação positiva com a RSC, ou seja, a participação de estrangeiros no capital social (ICS), a quantidade de bolsas de valores (QBV) em que a empresa está listada e a emissão de ADR pela empresa exigem maior RSC.

Salienta-se também, que as variáveis ICS, QBV e ADR, assim como o nível de internacionalização (NI) possuem correlação positiva fraca com a GC, enquanto o tamanho (TAM) apresentou uma correlação positiva



moderada com a GC. Os coeficientes de correlação de Pearson indicaram que a multicolinearidade não era evidente, sendo considerado um dos indicativos para sua possível inexistência. Nenhum dos coeficientes de correlação foi maior do que o nível limite de 0,90 (Kennedy, 2003).

Em linhas gerais, infere-se que a internacionalização exige das empresas mudanças estratégicas de RSC à medida que se transformam de empresas domésticas para empresas internacionais (Laudal, 2011). A mudança é resultado da participação de

investidores estrangeiros no capital social, listagem em bolsa de valores e emissão de ADRs pelas empresas que conferem um aumento do mercado internacional e do poder político.

Posteriormente, com o intuito de atingir o objetivo adicional, a Tabela 5 apresenta o resultado do teste de diferenças entre médias da responsabilidade social corporativa (RSC) com relação ao nível de Internacionalização (NI) e governança corporativa (GC), respectivamente.

Tabela 5. Teste de médias da RSC sob a perspectiva da Internacionalização e da governança corporativa

Variável	RSC	N	Teste t de Studente		Teste de Levene	
			Média	Sig.	F	Sig.
NI	G1	136	42,21	0,002	35,931	0,000*
	G2	143	32,46	0,002*		
Variável	RSC	N	Teste t de Student		Teste de Levene	
			Média	Sig.	F	Sig.
GC	G1	150	44,46	0,000	53,938	0,000*
	G2	125	24,72	0,000*		

Nota: RSC= responsabilidade social corporativa; NI=nível de internacionalização; GC=governança corporativa.
*** significante ao nível de 1%.

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Através da estatística descritiva evidenciada pela Tabela 5, infere-se que a média das empresas mais internacionalizadas (42,21) e com maior GC (44,46) é maior que das empresas menos internacionalizadas (32,46) e com menor GC (24,72). Por meio das estatísticas ($F=35,931$; sig. $<0,01$; Teste t, sig. $<0,01$) depreende-se que empresas mais internacionalizadas e com maior governança (G1) apresentam variabilidade e médias diferentes de RSC em relação às empresas

menos internacionalizadas e com menor governança (G2), ou seja, existem diferenças estatísticas significantes entre as médias dos grupos.

Por fim, com o intuito de alcançar o objetivo geral e testar as duas hipóteses mencionadas anteriormente, realizou-se a análise de regressão múltipla com dados em painel. A Tabela 6 destaca os resultados da regressão para verificar a influência da internacionalização e da GC na RSC.

Tabela 6. Análise da regressão múltipla (2015 a 2017)

	Modelo (1)	Modelo (2)	Modelo (3)	Modelo global (4)
Variáveis	RSC	RSC	RSC	RSC
ICS	0,0678***	-	-	-
QBV	-	5,9651**	-	-
ADR	-	-	12,640*	-
NI	-	-	-	0,0211***
GC	19,967**	21,870**	18,456**	20,460**
TAM	2,4990	0,8718	1,2266	2,6434**



CRESC	-0,7993	-0,8593	-0,7743	-0,84130
ROE	1,5269	1,8631	1,6002	1,5023
IDADE	0,0238	0,0205	1,1187	0,3703
_cons	-19,7553	2,8146	-5,5635	-21,8483
Nº empresas	97	97	97	97
Nº de obs.	234	234	235	235
Wald Chi ²	12,49	17,66	19,43	11,89
P – value	0,0519***	0,0071*	0,0035*	0,0646***
R ²	11,76%	20,26%	20,53%	11,33%

Nota: RSC = responsabilidade social corporativa; NI= nível de internacionalização; GC= governança corporativa; TAM= Tamanho; ROE= rentabilidade; CRESC= crescimento IDAD= idade. (*) significante ao nível de 1%; (**) significante ao nível de 5%; (***) significante ao nível de 10%.

Fonte: Elaborada pelos autores (2018).

Com base na Tabela 6, nota-se pelo teste de Wald Chi² que todos os modelos foram globalmente significantes, sendo os modelos 2 e 3 significantes a 1%, enquanto os modelos 1 e 4 significantes a 10%. Vê-se também que o poder explicativo para os modelos 1, 2, 3 e 4 corresponde a 11,76%, 20,26%, 20,53% e 11,33%, respectivamente.

A análise separada de cada uma das variáveis de internacionalização, permite observar que as estratégias de internacionalizações impactam na RSC das empresas. A participação de *stakeholders* estrangeiros no capital social das empresas (ICS= 0,0678; sig. <0,10), a quantidade de bolsa de valores em que a empresa está listada (QBV= 5,9651) e a emissão de ADRs (ADR=12,640) afetam positivamente a RSC. No modelo 4, por sua vez, pode-se verificar o efeito global da internacionalização (NI) na RSC, ao qual com base na estatística (NI = 0,0211, sig <0,10) mostrou-se significante influenciando, assim, o comportamento social das empresas, confirmando a hipótese 1 do estudo.

Infere-se ainda, que os coeficientes estimados em todos os modelos para a variável governança corporativa (GC) foram estatisticamente significantes, ou seja, cada unidade a mais da GC, resulta, a cada ano, em um aumento quanto a RSC, *ceteris paribus*. Assim, o sinal positivo evidenciado pela GC em cada um dos modelos permite inferir que quanto maior o nível de GC maior o comportamento social responsável das

empresas, o que permite destacar que a hipótese 2 foi aceita.

Nota-se também que dentre as variáveis de controle, o tamanho da empresa mostrou-se significante quando adotada as estratégias de internacionalização em conjunto, conforme modelo 4. O efeito positivo sobre a RSC corrobora Michelon e Parbonetti (2012), Khan, Muttakin e Siddiqui (2013), Muttakin, Khan e Subramaniam (2015) que identificaram relação positiva entre os construtos. Além disso, visto que empresas maiores tendem a sofrer maiores pressões das partes interessadas (*stakeholders*), espera-se que sejam mais socialmente responsáveis (Branco & Rodrigues, 2008).

Em geral, os resultados corroboram Strike et al. (2006) e Park et al. (2014) que identificaram uma relação positiva entre a internacionalização e a RSC. Assemelha-se também as constatações evidenciadas por Beltratti (2005) e Villiers et al. (2011) que detectaram um efeito positivo entre a GC e a RSC.

Discussão dos Resultados

O ponto central deste estudo é analisar a influência da internacionalização e da governança corporativa na responsabilidade social corporativa das maiores empresas brasileiras. A análise desses construtos, em países emergentes, como o caso do Brasil, é relevante, uma vez que possuem carências nas mais diversas áreas e do qual espera-se que os *stakeholders* sejam extremamente sensíveis a qualquer ação social das empresas. Ademais,



as empresas oriundas de países emergentes, durante seu processo de internacionalização, tendem enfrentar a desconfiança quanto as suas práticas comerciais, o que pode levar os *stakeholders* a demandar maiores informações sobre sua conduta empresarial (Agnihotri & Bhattacharya, 2016). No que tange ao efeito individual das variáveis de internacionalização (modelos 1, 2 e 3) na RSC, expressos na Tabela 6, a relação entre os construtos foi positiva e significante, assim como quando analisado o nível de internacionalização (modelo 4) que agrupa todas as *proxies* de internacionalização. A diversificação internacional pode conduzir a um comportamento socialmente responsável (Strike et al., 2006), tendo em vista que as empresas internacionalizadas são consideradas propulsoras da mudança econômica e social e progressos nos mais variados países em que atuam (Kolk & Van Tulder, 2010).

Uma explicação possível é que uma análise multidimensional da internacionalização, ou seja, quando a empresa busca se inserir no mercado internacional de forma mais comprometida, existe uma maior complexidade e variabilidade dos investimentos (Carneiro & Dib, 2007), que exigirão maior confiabilidade das informações devido às exigências dos investidores estrangeiros quanto à transparência na divulgação e detalhamento de suas atividades relacionadas a RSC (Chapple & Moon, 2005).

A luz da teoria dos *stakeholders*, a RSC é visionada pelas empresas com a intenção de gerar uma contrapartida as partes atingidas com suas atividades, como a sociedade, os funcionários, os investidores, o meio ambiente, entre outros.

Como resposta, as empresas mais internacionalizadas são alvos da dualidade dos *stakeholders*, e como consequência disso, são expostas a uma maior demanda por informações sobre seu comportamento e conduta, inclusive, sobre seus investimento e ações sobre a RSC.

Tais resultados sugerem uma evidência nova no cenário brasileiro, onde assim como em outros contextos, as empresas que se expandem internacionalmente, por estarem expostas a maior pressão dos *stakeholders*, se veem em posição de melhorar suas práticas de

RSC, como forma de conseguirem se consolidar no mercado estrangeiro.

Os resultados dos parâmetros, em relação a GC, mostraram um efeito positivo e significante dessa variável sobre a RSC em todos os modelos estimados. Esse fato indica que as empresas com alta governança corporativa contribuem na divulgação de informações transparentes (Brennan & Solomon, 2008) influenciando os executivos a firmarem metas e objetivos quanto a RSC (Jamali et al., 2008). Assim, a GC pode atuar como sistema de pesos e contrapesos, de caráter tanto interno como externo e capaz de proporcionar uma garantia ao cumprimento das responsabilidades da empresa diante de seu público de interesse e, como consequência, colaboram para uma postura socialmente responsável (Brennan & Solomon, 2008).

É possível pressupor que maiores níveis de internacionalização e governança corporativa requerem maiores exigências com relação a RSC pelas empresas. Os resultados estão em conformidade com a literatura internacional sobre o tema, pois a internacionalização acelera a adoção de padrões internacionais de sustentabilidade pelas empresas, em especial as multinacionais, e corroboram para que cresça o interesse também pela RSC (Horisch, Burritt, Christ, & Schaltegger, 2017). A ampliação e variedade dos *stakeholders*, somada a pressão exercida por eles, aumenta substancialmente a necessidade de evidenciar transparência e boas práticas associadas a RSC (McWilliams, Siegel, & Wright, 2006).

Com relação à GC, observa-se que bons mecanismos de GC harmonizam os interesses dos *stakeholders* da organização que irão refletir na obtenção de capital de longo prazo, na confiança dos financiadores e na utilização do capital de forma lucrativa (Jamali et al., 2008), ao passo que a RSC, aumenta a confiabilidade de uma empresa e sustenta o relacionamento com os principais interessados (Aguilera et al., 2007), confirmando a dependência da RSC em relação a GC (Wise; Ali, 2008).

Considerações Finais

Com a finalidade de analisar a influência da internacionalização e da GC na RSC, foram



analisados os dados referentes ao período de 2015 a 2017 das maiores empresas brasileiras. Os resultados relevaram que as empresas, com maior nível de internacionalização e com maior governança, estão propensas a ser mais socialmente responsáveis. Tais resultados, demonstraram que o nível de RSC das empresas aumenta à medida que possuem investidores estrangeiros com participação no capital social, estão listadas em bolsa de valores e emitem ADRs, assim como quando apresentam maior índice de governança.

Ademais, quando considerado o nível conjunto das estratégias de internacionalização, é importante destacar que o tamanho da empresa se torna relevante frente as exigências das partes interessadas que variam substancialmente entre nações, regiões e linhas de negócios para aumentar o envolvimento da empresa quanto a RSC. Além disso, empresas maiores e que atuam no mercado internacional são mais visíveis e estão sujeitas a uma maior pressão social e da mídia.

De forma mais analítica, pondera-se que as estratégias de internacionalização influenciam as práticas de RSC, que conforme orienta a literatura, são conduzidas com o compromisso de respeitar a ética empresarial, os direitos humanos e a saúde e qualidade de vida das pessoas. Por outro lado, boas práticas de governança conferem maior proteção aos

stakeholders da empresa, garantem maior transparência e confiabilidade e ampliam a abrangência da RSC.

Assim, com base nos resultados deste estudo, pela ótica da teoria dos *stakeholders*, aceita-se as hipóteses de que a internacionalização e a GC afetam positivamente a atuação socialmente responsável das empresas. O estudo contribui na literatura internacional ao identificar a influência dos construtos internacionalização e governança na RSC, onde estudos anteriores apontaram resultados individuais contraditórios. No mesmo sentido, a investigação realizada contribuiu para esclarecer alguns fatores de estratégia e gestão que contribuem para incorporação de práticas socialmente responsáveis em países emergentes, como o Brasil.

Dentre as limitações encontradas neste estudo, destaca-se o pequeno lapso temporal analisado, em virtude da ausência de dados disponíveis. Como pesquisas futuras, sugere-se utilizar uma amostra distinta, com empresas listadas em outras bolsas de valores; utilizar outras medidas relacionadas à internacionalização e à GC; e analisar as relações entre a RSC e outros fatores organizacionais como: investimento em inovação, composição de conselhos de administração, inclusão, entre outros.

Referências

- Adjaoud, F., & Ben-Amar, W. (2010). Corporate governance and dividend policy: shareholders' protection or expropriation? *Journal of business finance & accounting*, 37(5- 6), 648-667.
- Agnihotri, A., & Bhattacharya, S. (2016). Communicating CSR practices–Role of internationalization of emerging market firms. *Journal of Marketing Communications*, 22(1), 1-20.
- Aguilera, R. V., Rupp, D. E., Williams, C. A., & Ganapathi, J. (2007). Putting the S back in corporate social responsibility: A multilevel theory of social change in organizations. *Academy of management review*, 32(3), 836-863.
- Aguilera-Caracuel, J., Delgado-Márquez, B. L., & Vidal-Salazar, M. D. (2014). Influencia de la internacionalización en el desempeño social de las empresas/The influence of internationalization on firm corporate social performance. *Cuadernos de Gestión*, 14(2), 15-31.
- Aguilera-Caracuel, J., Guerrero-Villegas, J., & García-Sánchez, E. (2017). Reputation of multinational companies: Corporate social responsibility and internationalization. *European Journal of Management and Business Economics*, 26(3), 329–346.

- Almeida, F. T., Parente, P. H. N., De Luca, M. M. M., & Vasconcelos, A. C. (2018). Governança Corporativa e Desempenho Empresarial: Uma análise nas empresas brasileiras de construção e engenharia. *Gestão & Regionalidade*, 34(100), 110-126.
- Almeida-Santos, P. S., Almeida, D. M., & Bezerra, F. A. (2013). Grau de Disclosure Voluntário e Nível de Governança Corporativa no Caso das Companhias Brasileiras de Capital Aerto: Um Estudo de Relação. *Revista de Administração e Contabilidade da FAT*, v. 5(1), 4-21.
- Amarante, J.G. M. C., Deretti, S., & Silva, E. D. (2015). Governança corporativa e responsabilidade social corporativa: uma revisão sistemática desta relação. *Revista de Ciências da Administração*, 1(1), 123-140.
- Arminen, H., Puimalainen, K., Päätäri, S., & Fellnhofer, K. (2018). Corporate social performance: Inter-industry and international differences. *Journal of Cleaner Production*, 177, 426-437.
- Aspelund, A., Fjell, L., & Rodland, S. E. (2017). Doing good and doing well? International entrepreneurship and social responsibility. *International Journal of Entrepreneurship*, 21(2), 13–32.
- Assunção, R. R., De Luca, M. M. M., Vasconcelos, A. C. (2017). Complexidade e governança corporativa: uma análise das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(74), 213-228.
- Attig, N., Boubakri, N., & El Ghoul, S. (2016). Firm Internationalization and Corporate Social Responsibility. *Journal of Business Ethics*, 134, 171–197.
- Badolato, P. G., Donelson, D. C., & Ege, M. (2014). Audit committee financial expertise and earnings management: The role of status. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2), 208-230.
- Bear, S., Rahman, N., & Post, C. (2010). The impact of board diversity and gender composition on corporate social responsibility and firm reputation. *Journal of Business Ethics*, 97(2) 207-221.
- Bekiris, F. V., & Doukakis, L. C. (2011). Corporate governance and accruals earnings management. *Managerial and Decision Economics*, 32(7), 439-456.
- Beltratti, A. (2005). The complementarity between corporate governance and corporate social responsibility. *The Geneva Papers on Risk and Insurance-Issues and Practice*, 30(3), 373-386.
- Bhasa, M. P. (2004). Global corporate governance: debates and challenges, Corporate Governance. *The international journal of business in society*, 4(2), 5-17.
- Bondy, K., & Starkey, K. (2014). The Dilemmas of Internationalization: Corporate Social Responsibility in the Multinational Corporation British. *Journal of Management*, 25(1), 4-22.
- Bowen, H. R. (1953). *Social responsibilities of the businessman*. New York: Harper & Row, 1953.
- Brammer, S. J., Pavelin, S., & Porter, L. A. (2009). Corporate charitable giving, multinational companies and countries of concern. *Journal of Management Studies*, 46, 575–596.
- Brammer, S., Jackson, & G. Matten, D. (2012). Corporate Social Responsibility and institutional theory: new perspectives on private governance. *Socio-Economic Review*, 10(1), 3-28.
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2008). Factors Influencing Social Responsibility Disclosure by Portuguese Companies. *Journal of Business Ethics*, 83, 685-701.
- Brennan, N. M., & Solomon, J. (2008). Corporate governance, accountability and mechanisms of accountability: an overview. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(7), 885-906.
- Bruni, A. L. (2002). *Globalização financeira, eficiência informacional e custo de capital: uma*



análise das emissões de ADRs brasileiros no período 1992-2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Campbell, A. (1997). Stakeholders: the case in favour. *Long Range Planning*, 30(3), 446-449.

Campbell, J. T., Eden, L., & Miller, S. R. (2012). Multinationals and corporate social responsibility in host countries: Does distance matter?. *Journal of International Business Studies*, 43(1), 84-106.

Cao, L., Du, Y., & Hansen, J. O. (2017). Foreign institutional investors and dividend policy: Evidence from China. *International Business Review*, 26(5), 816-827.

Carneiro, J. M. T., & Dib, L. A. (2007). Avaliação comparativa do escopo descriptivo e explanatório dos principais modelos de internacionalização de empresas. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais*, 2(1), 1-25.

Carroll, A. B. (1999). Corporate Social Responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & Society*, 38(3), 268-295.

Carroll, A. B. (2015). Corporate social responsibility. *Organizational Dynamics*, 44(2), 87-96.

Carroll, A. B. A. (1979). Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *Academy of Management Review*, 4(4), 497-505.

Catapan, A., Colauto, R. D., & Barros, C. M. E. (2013). A relação entre a governança corporativa e o desempenho econômico-financeiro de empresas de capital aberto do Brasil. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 16(2), 16-30.

Chang, Y. K., OH, W. Y., Park, J. H., & Jang, M. G. (2017). Exploring the relationship between board characteristics and CSR: Empirical evidence from Korea. *Journal of Business Ethics*, 140(2), 225-242.

Chapple, W., & Moon, J. (2005). Corporate Social Responsibility (CSR) in Asia: A Seven-Country Study of CSR Web Site Reporting. *Business & Society*, 44(4), 1-43.

Cheung, Y. L., Kong, D. & Tan, W. (2015). Being Good When Being International in an Emerging Economy: The Case of China. *Journal of Business Ethics*, 130(4), 805-817.

Christmann, P. (2004). Multinational companies and the natural environment: determinants of global environmental policy standardization. *Academy of Management Journal*, 47(5), 747-760.

Coffey, B. S., Wang, J. (1998). Board Diversity and Managerial Control as Predictors of Corporate Social Performance. *Journal of Business Ethics*, 17(14), 1595-1603

Collis, J., & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.

Correia, R. S. G. C., & Martins, T. P. (2016). Princípios do Equador e Governança Regulatória nas contratações públicas sustentáveis: implicações nas desapropriações. *Revista Brasileira Estudos Políticos*, 112, 183-229.

CSRHub. (2018). The CSRHub Ratings Methodology. Disponível em: esg.csrchub.com/csrhub-ratings-methodology.

Cunha, P. R., & Piccoli, M. R. (2017). Influence of board interlocking on earnings management. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(74), 179-196.

Dani, A. C., Santos, C. A., Kaveski, I. D. S., & Cunha, P. R. (2017). Características do conselho de administração e o desempenho empresarial das empresas listadas no novo mercado. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 7(1), 29-47.

Souza, F. C., Murcia, F. D., & Marcon, R. (2011). Bonding hypothesis: análise da relação entre disclosure, governança corporativa e internacionalização de empresas abertas no Brasil. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 14(2), 62-81.

Villiers, C., Naiker, V., & Van Staden, C. J. (2011), The effect of board characteristics on firm environmental performance. *Journal of Management*, 37(6), 1636-1663.



- Detomasi, D. (2007). The multinational corporation and global governance: Modelling global public policy networks. *Journal of Business Ethics*, 71, 321–334.
- Dias, A., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2017). Corporate Governance Effects on Social Responsibility Disclosures. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 11(2), 3-22.
- Donaldson, T., & Preston, L. E. (1995). The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, 20(1), 65-91.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Elsevier Brasil.
- Filatotchev, I., & Wright, M. (2011). Agency Perspectives on Corporate Governance of Multinational Enterprises. *Journal of Management Studies*, 48(2), 471-486.
- Floriani, D. E., & Fleury, M. T. (2012). O Efeito do Grau de Internacionalização nas Competências Internacionais e no Desempenho Financeiro da PME Brasileira. *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, Rio de Janeiro, 16(3), 438-458.
- Freeman, R. E., & McVea, J. (2001). A Stakeholder Approach to Strategic Management. Darden Business School Working Paper, 01-02, 183-201.
- Freeman, R. E., & Reed, D. L. (1983). Stockholders and Stakeholders: A New Perspective on Corporate Governance. *California Management Review*, 25(3), 88-106.
- Freeman, R.E., Harrison, J.S., Wicks, A.C., Parmar, B.L., & Cole, S. (2010). Stakeholder Theory: the State of Art. Cambridge University Press, New York, NY.
- Garriga, E., & Melé, D. (2004). “Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory” (“Responsabilidad social corporativa: un mapa del territorio”). *Journal of Business Ethics*, 53, 51–71.
- Geiger, S. W., & Makri, M. (2006). Exploration and exploitation innovation processes: The role of organizational slack in R & D intensive firms. *The Journal of High Technology Management Research*, 17(1), 97-108.
- Gonçalves Filho, C., Veit, M. R., & Monteiro, P. R. R. (2013). Inovação, estratégia, orientação para o mercado e empreendedorismo: identificação de clusters de empresas e teste de modelo de predição do desempenho nos negócios. *RAI-Revista de Administração e Inovação*, 10(2), 81-101.
- Haniffa, R. M., Cooke, T. E. (2005). The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(5), 391-430.
- Harjoto, M. A., Laksmana, I., & Yang, Y. (2018). Board nationality and educational background diversity and corporate social performance. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 22(4), 291-320.
- Hitt, M.A., Hoskisson, R.E., & Kim, H. (2007). International diversification: effects on innovation and firm performance in product-diversified firms. *Academy of Management Journal*, 40(4), 767-799.
- Horisch, J., Burritt, R. L. Christ, K. L., & Schaltegger, S. (2017). Legal systems, internationalization and corporate sustainability. An empirical analysis of the influence of national and international authorities. *Corporate Governance: The International Journal of Business in Society*, 17(5), 861-875.
- Huguet, D., & Gandía, J. L. (2016). Audit and earnings management in Spanish SMEs. *BRQ Business Research Quarterly*, 19(3), 171-187.
- Jamali, D., Safieddine, A. M., & Rabbath, M. (2008). Corporate governance and corporate social responsibility synergies and interrelationships. *Corporate Governance: An International Review*, 16(5), 443-459.
- Jo, H., Harjoto, M. A. (2011). The Causal Effect of Corporate Governance on Corporate



- Social Responsibility. *Journal of Business Ethics*, 106(1), 53-72.
- Jouini, F., Ajina, A., & Derbali, A. (2018). Corporate governance and corporate social responsibility. *International Journal Of Management And Enterprise Development*, 17(2), 155-167.
- Judge, W. (2008). What is the dependent variable in corporate governance research? *Corporate Governance: An International Review*, 16(5), p. ii-ii.
- Kacperczyk, A. (2009). With greater power comes greater responsibility? takeover protection and corporate attention to stakeholders. *Strategic Management Journal*, 30(3), 261–285.
- Kang, J. (2013). The relationship between corporate diversification and corporate social performance. *Strategic Management Journal*, 34, 94–109.
- Kang, W. I. K., & Fornes, G. (2017). Where are they going? Case of British and Japanese human resource management. *Journal of Asia Business Studies*, 11(3), 296-322.
- Kendall, N. (1999) Good corporate governance, *Accountants' Digest*. Issue 40. The ICA in England and Wales.
- Kennedy, P. (2003). A Guide to Econometrics. MIT Press. Cambridge, MA.
- Khan, A., Muttakin, M. B., & Siddiqui, J. (2013). Corporate governance and corporate social responsibility disclosures: Evidence from an emerging economy. *Journal of business ethics*, 114(2), 207-223.
- Kolk, A., & Pinkse, J. (2010). The integration of corporate governance in corporate social responsibility disclosures. *Corporate Social Responsibility And Environmental Management*, 17(1), 15-26.
- Kolk, A., & Van Tulder, R. (2010). International business, corporate social responsibility and sustainable development. *International business review*, 19(2), 119-125.
- Laudal, T. (2011). Drivers and barriers of CSR and the size and internationalization of firms. *Social Responsibility Journal*, 7(2), 234-256.
- Lee, M. D. P. (2008). A review of the theories of corporate social responsibility: Its evolutionary path and the road ahead. *International Journal of Management Reviews*, 10(1), 53–73.
- Maia, A. B. G. R., Vasconcelos, A. C., & De Luca, M. M. M. (2013). Governança corporativa e internacionalização do capital social das empresas Brasileiras do setor de construção e transportes. *Revista Eletrônica de Negócios Internacionais da ESPM*, 8(2), 40-61.
- Mapurunga, P. V. R., Ponte, V. M. R., & Oliveira, M. C. (2015). Determinantes das Práticas de Governança Corporativa: Um Estudo nas Empresas Registradas na CVM. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 8(3), 374-395.
- Masullo, D. G., & Lemme, C. F. (2009). Um exame da relação entre o nível de internacionalização e a comunicação ambiental nas grandes empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Eletrônica de Administração*, 15(3), 556-580.
- McWilliams, A., & Siegel, D. (2001). Corporate social responsibility: A theory of the firm perspective. *Academy of Management Review*, 28, 117–127.
- McWilliams, A., Siegel, D. S., & Wright, P. M. (2006). Corporate Social Responsibility: Strategic Implications. *Journal of Management Studies*, 43(1), 1-18.
- Michelon, G., & Parbonetti, A. (2012). The effect of corporate governance on sustainability disclosure. *Journal of Management & Governance*, 16(3), 477-509.
- Muttakin, M. B., Khan, A., & Subramaniam, N. (2015). Firm characteristics, board diversity and corporate social responsibility: evidence from Bangladesh. *Pacific Accounting Review*, 27(3), 353-372.



- Oliveira, M. O. R., Schossler, D. P., Campus, R. E., & Luce, B. (2014). Ativos intangíveis e o desempenho econômico-financeiro: comparação entre os portfólios de empresas tangível-intensivas e intangível-intensivas. *Revista de Administração da UFSM*, 7(4), 678-699.
- Park, B. I., Chidlow, A., & Choi, J. (2014). Corporate social responsibility: Stakeholders influence on MNEs' activities. *International Business Review*, 23(5), 966-980.
- Rashid, A. (2018). The influence of corporate governance practices on corporate social responsibility reporting. *Social Responsibility Journal*, 14(1), 20-39.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F.; Lucio, M. D. P. B. (2010). *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Mc-Graw-Hill.
- Santos, J. G. C., Vasconcelos, A. C., & De Luca, M. M. M. (2013). Perfil da inovação e da internacionalização de empresas transnacionais. *RAI-Revista de Administração e Inovação*, 10(1) 189-211.
- Scherer, A. G., & Palazzo, G. (2011). The New Political Role of Business in a Globalized World: A Review of a New Perspective on CSR and its Implications for the Firm, Governance, and Democracy. *Journal of Management Studies*, 48(4), 899-931.
- Scherer, A. G., & Smid, M. (2000). The Downward Spiral and the U.S. Model Business Principles – Why MNEs Should Take Responsibility for the Improvement of World-Wide Social and Environmental Conditions. *Management International Review*, 40(4), 351-371.
- Smaniotto, E., Paiva, E. L., Vieira, L. M. (2012). Estratégia de internacionalização através de upgrading funcional. *Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, Fortaleza, 10(1), 15-29.
- Soschinski, C. K.; Brandt, E.; Klann, R. C. (2019). Internacionalização e práticas de responsabilidade social corporativa em empresas brasileiras. *Advances In Scientific And Applied Accounting*, 12(1), 47-64.
- Strike, V. M., Gao, J., & Bansal, P. (2006). Being good while being bad: Social responsibility and the international diversification of US firms. *Journal of International Business Studies*, 37(6), 850-862.
- Vaia, G., Bisogno, M., & Tommasetti, A. (2017). Investigating the Relationship between the Social and Economic-financial Performance. *Applied Finance and Accounting*, 3(1).
- Van den Berghe, L. and Louche, C. (2005) The link between corporate governance and corporate social responsibility in insurance, *The Geneva Papers*, 30: 425–42.
- Wise, V. & Ali, M. M. (2008). Corporate governance and corporate social responsibility in Bangladesh. In: Proceedings of the 9th International Business Research Conference 2008. World Business Institute.
- Yang, B., Lin, C., Ren, C. (2018). Internationalization strategy, social responsibility pressure and enterprise value. *Soft Computing*. 1-8.
- Zahra, S. A., Ireland, R. D., & Hitt, M. A. (2000). International expansion by new venture firms: International diversity, mode of market entry, technological learning, and performance. *Academy of Management Journal*, 43(5), 925-950.